

CASA CANDEEIRO DO OESTE: UM PONTO PARA IMAGINAR A CULTURA

Joelma Cristina Silva Moreira Stella

Doutoranda no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade - UFBA.

Email: joelma.stella@ufba.br

José Roberto Severino

Docente na Facom e no Programa Multidisciplinar de Cultura e Sociedade - UFBA

Email: jseverino@ufba.br

Introdução

O presente trabalho busca apresentar algumas reflexões sobre a Casa Candeeiro do Oeste, um Ponto de Cultura no município de Sítio do Mato, Bahia. O município localizado na região oeste do estado baiano, ocupa a sexta posição no ranking de municípios mais pobres da Bahia, segundo dados atualizados do IBGE em 2023. O trabalho discute ainda, a relevância das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social e para a cultura na estruturação da Casa Candeeiro do Oeste, e reflete sobre a importância de lideranças comunitárias e de movimentos coletivos para o surgimento e permanência de espaços de cultura e memória em determinados territórios.

Fundamentação teórica

O trabalho observa as atividades realizadas na *Casa Candeeiro do Oeste*, de modo independente e a partir do acesso a políticas públicas para cultura e educação. No campo das políticas culturais, discutimos principalmente a Lei Cultura Viva/2004, e a Lei Federal nº 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc (LAB). De autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT). A *Casa Candeeiro do Oeste* tem se consolidado como espaço de mediação cultural na comunidade, devido à iniciativa das gestoras, e o seu trânsito por diferentes áreas, grupos e territórios ao longo dos anos, o que fortaleceu o seu perfil de mediadoras dessas mulheres.

[...] um mediador cultural se forma em pessoas que têm a possibilidade de lidar com vários códigos, e viver diferentes papéis sociais, num processo de metamorfose, que dá a indivíduos específicos a condição de mediadores. (VELHO, 2001, p.25)

A partir das ações realizadas no ponto de cultura junto com a comunidade, a população ressignifica a própria história e toma consciência do próprio valor, direito tantas vezes negado a populações colocadas à margem. Essa “auto estima cultural” está intimamente ligada à ideia de patrimônio como bem comum (SEVERINO, 2014, p. 105), que permite que um grupo narre a si próprio (CANDAU, 2021) e construa uma identidade coletiva, e uma imagem positiva sobre si mesma. Aqui, aparentemente a Casa cumpre o que é proposto na *Lei Cultura Viva* a partir dos pontos de cultura, conforme descrito por Alice Lacerda, Carolina de Carvalho Marques e Sophia Cardoso Rocha (2010):

O Projeto Cultura Viva tende a valorizar o local, reconhecer os saberes e criar o sentimento de pertencimento. Além disso, tem por objetivo a potencialização das energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e criando um movimento transformador em uma rede orgânica de gestão e criação cultural (LACERDA; MARQUES; ROCHA, 2010, p. 118).

A Casa também tem um papel educador, onde a comunidade é ativa na construção dessa relação dialógica. Conforme é proposto por Paulo Freire (2021), ao alertar que saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção, a equipe da Casa tenta construir sua teia de atuação através da escuta ativa do que é reivindicado, na relação dialógica entre a gestão e a população. O uso do audiovisual é uma estratégia dentro do processo de inclusão de direitos, e para preparar crianças e adolescentes da comunidade para as diversas formas de comunicação, capacitando-as para atuar nos campos da comunicação e da cultura (SEVERINO, 2014, p. 103 - 104), contribuiu também para reaproximar as pessoas do ponto de cultura, que passou por momentos de estranhamento na comunidade, exatamente por se tratar de uma iniciativa disruptiva da realidade estabelecida, o que exigiu portanto escuta ativa, investimento em formação e muita persistência para consolidar seu trabalho em Sítio do Mato.

Desenvolvimento do tema

Esse trabalho apresenta um breve resumo de como a *Casa Candeeiro do Oeste* surge e se consolida como ponto de cultura na cidade de Sítio do Mato, Bahia. Sítio do Mato é uma cidade ribeirinha no oeste do baiano, margeada pelos rios São Francisco e Corrente. Atualmente, Sítio do Mato é o sexto município mais pobre e com menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de acordo com dados do último Censo Demográfico do

IBGE. ¹Consideramos aqui como marco inicial de fundação do Ponto de Cultura a criação da *Sala de Leitura Castro Alves* em 1999, por Jussara Moreira, professora e liderança comunitária no município, que junto ao seu pai João Gabriel Moreira, já exercia um papel de destaque na cultura local. Durante cerca de dezoito anos a professora Jussara Moreira atuou nas escolas estaduais Nossa Sra do Rosário e Thomaz Leite, e na Escola Evangélica do município de Sítio do Mato, estado da Bahia. Com essa inserção na educação, ela percebeu que além da defasagem de professores, não havia bibliotecas no município, ou qualquer ação de incentivo à leitura. Assim nasceu a Sala de Leitura Castro Alves, que completa 25 anos de funcionamento em 2025.

Em 2012 moradores da zona rural de Sítio do Mato encontram sítios arqueológicos na região. O professor Henry Luydy Abraham Fernandes, lotado no Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e que também é um dos coordenadores da equipe de arqueologia da UFBA, relata que após a descoberta o policial ambiental Sinvaldo Castro fez contato com a universidade:

Ele [Sinvaldo], fez contato telefônico com o professor Carlos Etchevarne, que é professor arqueólogo da UFBA, e relatou a presença de algumas pinturas rupestres na região do morro do Lajeado. Professor Etchevarne tinha publicado alguns anos antes o livro: *“Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia”*, provavelmente a partir daí o Sinvaldo teve contato com o trabalho dele, e conseguiu por meio da internet o contato telefônico. (FERNANDES apud STELLA, 2023, p.85)

Sinvaldo arcou com os custos de alimentação e hospedagem de três campanhas na zona rural do município, coordenadas por Luydy. Nelas foram descobertas urnas de cerâmica e ossadas da tradição indígena Aratu, localizadas na região do Morro do Lajeado e do Vale Verde. Depois das campanhas, Sinvaldo e Luydy decidiram escrever um projeto para conseguir financiar o restauro das urnas de cerâmica. A ideia de ambos era aprofundar a pesquisa nos sítios arqueológicos, e restaurar o que fosse possível das peças, para que ficassem guardadas e expostas na própria cidade. Sinvaldo sugeriu a Luydy que as urnas ficassem guardadas na casa da família Moreira. Na época o espaço havia ganhado o nome de *Casa de Cultura 17 de Março*, em homenagem ao senhor João Gabriel Moreira, patriarca da família e que fazia aniversário nesta data. A nomeação da casa familiar como um espaço de cultura foi uma maneira de institucionalizar as atividades culturais que aconteciam ali, apesar de ser um ambiente residencial.

A LEI ALDIR BLANC E SEU IMPACTO NA CASA

¹ Link de acesso para o ranking de pobreza entre os municípios baianos atualizado em 2023 pelo IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sitio-do-mato/pesquisa/36/30246?tipo=ranking>

Até 2019 as atividades na casa de cultura passaram por um período de lentidão, resultado de divergências na gestão do espaço e na ausência de recursos para a sua manutenção. Neste ano, algumas das integrantes mais jovens do coletivo de mulheres começaram a trabalhar com o intuito de reestruturar a casa de cultura, inaugurando a terceira geração da família Moreira a se envolver diretamente nas atividades culturais e da memória de Sítio do Mato. Decidiu-se que era preciso organizar a visitação das escolas ao espaço, o acesso aos materiais e a manutenção e preservação das peças, documentos, livros e fotografias que compõem o acervo da Casa. Nesse ponto, a formação acadêmica de uma nova geração de integrantes foi fundamental para organizar uma gestão mais profissional. O trânsito por um novo ambiente de formação contribuiu para o aperfeiçoamento do trabalho técnico no espaço, mas também para a ampliação da consciência acerca da relevância do que é produzido ali, e da necessidade de fortalecer o trabalho do coletivo de mulheres.

Nesse processo de retomada das atividades o local mudou de nome pela última vez, passando a se chamar *Casa Candeeiro do Oeste*. Ainda em homenagem ao patriarca da família Moreira, mas também tentando contextualizar a região na qual o espaço cultural está inserido. A influência e o trabalho de seu João Gabriel Moreira foi fundamental para que sua família seguisse com o trabalho direcionado para o patrimônio e a cultura local. A maior parte do acervo fotográfico da *Casa Candeeiro do Oeste* é resultado das fotografias tiradas por ele e por sua neta. De certo modo, a evolução da Casa para um espaço cultural pode ser percebida como uma consequência das relações internas da família Moreira, e do papel político que ela tomou para si na construção da identidade (CANDAU, 2021 p. 148) cultural da comunidade.

Em 2020 em decorrência da pandemia da SARS-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus ou Covid-19, foi implementada a Lei Federal nº 14.017/2020, a Lei Aldir Blanc (LAB). De autoria da deputada federal Benedita da Silva (PT), ela estabeleceu uma série de medidas emergenciais para o setor cultural e criativo, que já vinha sofrendo com o desmonte do MINC, pelo governo Bolsonaro, e que foi fortemente impactado pela pandemia. A partir da implementação dos recursos da Lei Aldir Blanc na Bahia, a Secretaria de Cultura do Estado abriu um processo de certificação simplificada para pontos e pontões de cultura baianos. A Casa Candeeiro do Oeste foi reconhecida como ponto de cultura na primeira chamada do processo de certificação, e foi um dos seis pontos de cultura premiados pelo *Prêmio Cultura Viva* no território do Velho Chico.

Conclusões

Para além dos projetos financiados por leis de incentivo e das ações de extensão realizadas em parceria com escolas e universidades, as atividades da *Casa Candeeiro do Oeste* consistem na organização das atividades vinculadas aos festejos católicos, Reisado e Festa do Divino, e na realização de festas, bingos e rifas que contribuem economicamente para a manutenção do espaço, e para a renda das gestoras. O grupo reproduz na sua dinâmica de auto gestão e geração de recursos, a dinâmica utilizada por muitas delas para o próprio sustento: venda de itens de catálogos, peças artesanais, alimentos, corte e costura. Todas divulgam o trabalho de todas, e consomem o que é produzido pelo grupo, fazendo a economia interna do coletivo rodar. A *Casa* também tem ações voltadas para crianças. Essas atividades também contribuem para a geração de renda, manutenção econômica do grupo e do espaço físico da *Casa*, e para a sua ocupação constante. Apesar dos altos e baixos, e da ausência de políticas contínuas de fomento de espaços culturais auto geridos em comunidades, a *Casa Candeeiro* e suas gestoras persistem a quase 25 anos na luta por transformação social do seu entorno a partir da cultura e do patrimônio.

Referências bibliográficas

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. editora Contexto, São Paulo, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 69ª ed. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra. 2021.

LACERDA, Alice Pires de. MARQUES, Carolina de Carvalho e ROCHA, Sophia Cardoso. Programa Cultura Viva: Uma nova política do Ministério da Cultura. In: *Políticas Culturais no Governo Lula*. RUBIM, Antônio Albino Canelas. (Org). Salvador, Edufba, 2010. Páginas 111-131.

OSTROFF, Frank. *The Horizontal Organization*. Oxford Books, 1999.

ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (Org.). *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* - Néstor García Canclini. Salvador: EDUFBA, 2019.